



A POLISSEMIA DO DESENVOLVIMENTO: DIÁLOGOS COM A SUSTENTABILIDADE

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v9e0202039-54>

Elton Luís Alves ¹

Tainá Ribas Melo ²

Marcos Claudio Signorelli ³



RESUMO

Este estudo visa contribuir com a compreensão acerca da polissemia, variados significados que o conceito desenvolvimento pode representar, e ainda, o enfoque na sustentabilidade como eixo entre a ciência ambiental e a ciência social. O caminho metodológico adotado foi a de uma pesquisa exploratória e uma revisão de literatura do tipo revisão narrativa, contabilizando um total de 20 documentos consultados, que compõem fatos históricos, eventos, concepções de desenvolvimento, de crescimento econômico, e de território. Foi possível traçar um recorte da ciência ambiental envolvendo as interseções entre meio ambiente e sociedade, bem como, os desdobramentos nas variadas escalas globais, da camada mundial à camada territorial através do eixo condutor desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Desenvolvimento Humano.

¹ Aluno de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. eltonla90@gmail.com

² Doutora em Atividade Física e Saúde pela Universidade Federal do Paraná. ribasmelo@gmail.com

³ Pós-doutorado em Saúde Pública. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR). signorelli.marcos@gmail.com.

THE POLYSEMY OF DEVELOPMENT: DIALOGUES WITH SUSTAINABILITY

ABSTRACT

This study aims to contribute to an understanding of the polysemy of the concept of development, its various meanings focusing on sustainability as the axis between environmental sciences and social sciences. The methodological approach adopted was exploratory research and narrative literature review, including 20 documents, which compose historical facts, events, conceptions of development, economic growth and territory. It was possible to establish an environmental science debate involving the intersections between environment and society. We also raised concerns about global consequences, from broader to local perspectives, through the axis of development.

Key words: Development. Sustainable development. Sustainability. Human development.

1 INTRODUÇÃO

Quando consideramos a palavra *desenvolvimento*, essa pode ser atrelada a inúmeros conceitos mediante a origem do interlocutor e a funcionalidade que lhe é atribuída. Pode-se dizer que é polissêmica, apresentando sua relevância na perspectiva econômica, social, ambiental, humano e cultural.

Para um conceito obter sua concepção enquanto polissêmico, este deve pressupor uma construção social, percebe-se a utilização por várias significações, como exemplo, o conceito trabalho, em que Frigotto (2009) aponta obter diferentes significações, sendo um resultado de uma construção social ao longo do tempo. “(...) uma palavra considera-se polissêmica quando apresenta vários significados (mais do que um), sendo possível estabelecer uma relação entre esses vários significados.” (CORREIA, 2000, p. 1).

Partindo destes vários significantes, ao considerar a população mundial com as dificuldades em enfrentar demandas é possível uma reflexão acerca do desenvolvimento nessa esfera, Odum (1988) discorre sobre crise humanitária em que aponta para 4 desníveis humanitários entre as nações, que precisam ser superados para evoluir para transgredir essa crise, sendo compreendidos entre: desnível de renda, desnível alimentar, desnível de valores e desnível de educação. Apesar do

esforço mundial, percebe-se sensível alteração dos valores dos indicadores desses 4 desníveis. O autor ainda colabora nessa discussão, apontando que ainda que a riqueza não se transfira, ela se desenvolve na presença de intensas diferenças culturais, educacionais de acesso a recursos na perspectiva social (ODUM, 1988).

A ideia de sustentabilidade torna-se um eixo de reflexão social, a partir da percepção das pessoas acerca da própria extinção, sendo essa concebida de variadas formas ao longo do tempo. Segundo Nascimento (2012), num primeiro momento, no século XIX, atribui-se a lógica da vida de maneira linear, numa vertente Darwinista, com começo, meio e fim das espécies. Num segundo momento, século XX, essa lógica transforma-se em marcos históricos como a segunda guerra mundial, que dizimou sociedades, e o perigo nuclear através da bomba atômica. O autor ainda argumenta que nessa mesma época, atribui-se dois pressupostos para o fim das espécies, sendo um a de uma extinção por meio externo, como a recepção de um meteorito na Terra, e outro, via meio interno como uma epidemia desconhecida e incontrolável. Uma concepção mais recente atribui o autoextermínio aos meios de produção e consumo atual, com valores desiguais e incongruentes à sobrevivência, uma crise ambiental (NASCIMENTO, 2012).

Em relação ao estudo das ciências ambientais, como área do conhecimento específico no meio Educacional no Brasil, esta tem seu marco em 2011 como uma resultante de programa interdisciplinares, com a premissa de desvelar lacunas que envolvem o ambiente na contemporaneidade, numa análise em relação as trocas entre sistemas antrópicos e sistemas naturais. Considerando a prática interdisciplinar que fomenta o surgimento da área, esta continua sendo o um dos cerne que viabiliza a construção das pesquisas que envolvem as múltiplas facetas da complexidade ambiental (CAPES, 2016).

Nesse prisma, buscar-se-á através desse estudo, desvelar como o conceito de desenvolvimento, principalmente o desenvolvimento sustentável, pode ser compreendido e aplicado por diversas áreas de conhecimento científico, e as suas correlações com temas adjacentes. O conteúdo deste artigo perpassa por fatos históricos, geralmente relacionados à ciência ambiental, juntamente com apontamentos sobre desenvolvimento humano e social e compreensões de território.

Na busca por respostas às inquietações relacionadas acerca das correlações entre ambiente e sociedade, e como tal desdobramento ocorre de maneira

interdisciplinar, buscou-se na literatura gerar este conteúdo, uma vez que visa contribuir também para vislumbrar as interseções possíveis entre desenvolvimento sustentável e política pública e aplicabilidade no contexto do Transtorno do Espectro do Autismo, tema da dissertação proposta no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinculado à prática interdisciplinar da ciência ambiental.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo, atribuiu-se como caminho metodológico a pesquisa exploratória, uma vez que se articula com o objetivo de aprimorar ideias em relação à temática proposta com delineamento via pesquisa bibliográfica (GIL, 2002).

Acerca das etapas da produção científica, adota-se a revisão de literatura do tipo revisão narrativa, em que não se esgotou as fontes de pesquisa, em que viabiliza a interpretação subjetiva do autor em relação aos conteúdos encontrados, expressa também pela flexibilidade em buscar conteúdo (CORDEIRO et al., 2007).

Dentre as fontes consultadas, encontram-se artigos científicos publicados em bases de dados como *Scielo* e Google Acadêmico, bem como livros de referência na área, busca de fontes secundárias, e ainda, documentos oficiais, norteados pelo material proposto da disciplina de ciências ambientais do PPGDTS da UFPR, setor litoral, bem como, outros materiais elencados nos conhecimentos prévios. Ressalta-se que as palavras-chaves que permeiam os documentos foram “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento social” e “território”. Excluiu-se os artigos que tinham outro foco de discussão como: Antropoceno, justiça ambiental e conflito territorial, dentre outros temas, uma vez que estes não abrangiam focalmente a questão norteadora.

O processo de análise permeia a leitura de todos os materiais, realização de fichamentos acerca de questões relevantes de cada pesquisa, leitura de fontes secundárias, para então, formulação da revisão narrativa, em que a totalidade de materiais utilizados são de extratos de 13 artigos, 4 capítulos de livros e 3 relatórios oficiais.

Acerca da organização desse estudo, este é composto por 6 eixos principais, sendo apresentados na seguinte ordem: conceituação de desenvolvimento; a perspectiva do desenvolvimento sustentável; as dimensões por Brundtland; períodos

históricos do desenvolvimento sustentável; a busca por uma identidade; desenvolvimento humano e; desenvolvimento e território.

3 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos anos 70 há maior espaço para discussão sobre ambientalismo complexo e multisetorial. “A ideia de ‘ecologia’ rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e Políticas Públicas (...) criadora e criatura no processo de globalização.” (PADUA, 2010, p.82).

Aponta-se que o crescimento populacional rápido não contribuiu economicamente para incluir a civilização, e soma ainda, o surgimento de problemas sociais e ambientais, mais rapidamente do que tem capacidade de serem solucionados. Gera-se uma tendência populacional de querer superar limites (ODUM, 1988). Tal recorte fomenta a probabilidade de uma crise.

Ao longo do último século, o desenvolvimento tem sido objeto de estudo, com frequência, sendo como algo difícil de definir, contudo, de fácil reconhecimento, é algo mais palpável de perceber do que descrever. Obteve diversas transformações ao longo do tempo em virtude de sua multidimensionalidade e complexidade, com diversos atributos positivos e negativos, que por sua vez, debruçasse em influências de novos rumos políticos e maneiras de pensar, como é o caso dos sistemas das Nações Unidas (SACHS, 2008).

As pesquisas que cercam o desenvolvimento vêm transformado sua concepção no intuito não de enrijecer, mas sim, de torná-lo mais operacional, e assim, firmar-se como um paradigma, um conceito central consistente (SACHS, 2008).

Compreende-se desenvolvimento como algo que vai além da expansão, ou simplesmente da aquisição e armazenamento de recurso, estende-se a compreensão para os benefícios sociais tangíveis com o processo, sendo um misto de produto e produção, com capacidade de agregar a outras instâncias da sociedade (FURTADO, 1967 citado por CAVALCANTI, 2012, p. 37).

Em uma correlação entre desenvolvimento e crescimento econômico, é passível compreender o padrão conforme impactos gerados no meio social e no meio ambiental, como ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Padrões de Crescimento Econômico.

Padrões de crescimento	Impactos sociais	Impactos ambientais
Desenvolvimento	+	+
Selvagem	-	-
Socialmente benigno	+	-
Ambientalmente benigno	-	+

Fonte: SACHS (2008, p. 36).

Buscando ainda mais perceber o elo entre crescimento econômico e desenvolvimento, compreende-se que o primeiro pode ser um dos meios para atingir o segundo. O desenvolvimento é vislumbrado não como multiplicação de riqueza de cunho material, é uma ferramenta também necessária para a inclusão e para a melhora da qualidade de vida (SACHS, 2008).

Um viés de compreensão para o desenvolvimento é pela apropriação efetiva das três gerações de direitos humanos como: 1. direitos políticos, civis e cívicos; 2. direitos econômicos, sociais e culturais e; 3. direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento (SEN, 1999; SENGUPTA, 2001; 2002; citado por SACHS, 2008). Além disso, outros atributos diretamente correlacionados à essa visão estão a igualdade, equidade e solidariedade, o que distancia a compreensão de desenvolvimento estritamente correlata com crescimento econômico (SACHS, 2008).

Ao apontar sobre desenvolvimento como liberdade⁴, Veiga (2010) e Nascimento (2012) apontam sobre uma compreensão ampliada do conceito.

(...) de que se trata antes de tudo de um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades. (SEN, 2000 citado por NASCIMENTO, 2012, p. 52).

3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em um resgate temporal, por volta de 1989, aponta-se a busca por novos paradigmas, em que surge o conceito de sustentabilidade, acoplado a aplicabilidade

⁴ “Amartya Sen (1999) conceitua o desenvolvimento como “expansão das liberdades”: mais cidadania. Algo parecido ao que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) dizia no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1990: desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. “Uma das mais críticas destas é viver uma vida longa e saudável, ser educado e ter acesso aos recursos requeridos para um padrão decente de vida” (Draper III, 1990, p.1 citado por CAVALCANTI, 2012).

deste em uma visão ecológica, juntamente, numa reformulação para o campo social, com ações estimadas no planejamento, gestão e território (VIEIRA, 2003).

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável⁵, o mesmo é compreendido em dois eixos, o da sustentabilidade social, e o da sustentabilidade ambiental. A compreensão envolve a aplicabilidade da solidariedade nesses dois eixos, em dimensões temporais, entre a sociedade atual e sociedade vindoura, buscando compartilhar ideais que superem o crescimento selvagem e suas consequências (SACHS, 2008).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável pode ser amparado em cinco pilares:

A. Social, fundamental por motivos intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; **B.** Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos); **C.** Territorial, relacionado a distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; **D.** Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; **E.** Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença. (SACHS, 2008, p. 16).

É possível promover um desenvolvimento sustentável, a partir do momento que se compreende o antagonismo entre desenvolvimento – pautado na mudança, evolução e progresso – e crescimento, compreendido como expansão e ocorrem ações nesse prisma (CAVALCANTI, 2012). “(...) crescimento é aumento quantitativo da escala física, enquanto desenvolvimento significa melhoria qualitativa ou florescimento de potencialidades” (DALY, 1990 citado por CAVALCANTI, 2012).

Nota-se na história ambiental, marcos relevantes que instigaram a reflexão global sobre a necessidade de pensar o contexto ambiental. Tem-se inicialmente a poluição nuclear, juntamente com seu potencial de detonação, a questão das chuvas ácidas que foram frequentes nos anos de 1950, o que teve como desdobramento a Conferência de Estocolmo em 1972 (NASCIMENTO, 2012).

⁵ “Desenvolvimento Sustentável se tornou um campo de disputa, no sentido utilizado por Bourdieu, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, que passa a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais.” (NOBRE & AMAZONAS, 2002 citado por NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Além da Conferência de Estocolmo, com pontos de debate entre países desenvolvidos com a crítica acerca da defesa do meio ambiente, e os países em desenvolvimento com crítica em relação a pobreza e os problemas ambientais, tem-se em 1973 um documentário, como um desdobramento de ação da ONU, intitulado *Only One Earth* que marca a inserção do conceito na esfera social, gerando assim um tripé: desenvolvimento, ambiente e dimensão social (NASCIMENTO, 2012).

Ainda nessa perspectiva global, evidencia-se a pactuação firmada em 2015, proposições direcionadas pelos 193 países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU), em seus esforços coletivos, e organizados em um modelo sistemático através da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Compreende-se como uma proposta, um plano de ação, envolvendo 17 itens, configurados como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – sendo um extrato de outras 169 metas – em que se evidencia como finalidade o desenvolvimento das pessoas, do planeta, da prosperidade, da paz através de ações convergentes (RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO, 2017).

Quando se considera os 17 ODS, pode-se destacar que estas devem ser planejadas envolvendo todos os brasileiros, e considerando os variados contextos que se inserem, buscando a definição de metas e indicadores, somado ao planejamento de ações através da articulação e mobilização entre participação social territorial junto à Governança Nacional (RELATÓRIO NACIONAL VOLUNTÁRIO, 2017).

As mudanças em relação às compreensões de desenvolvimento e sustentabilidade, também geraram uma noção ampliada de natureza, além da perspectiva ecológica, “(...) um sentido mais vasto e inclusivo. Não apenas o conjunto das coisas e movimentos naturais, mas também o caráter e a qualidade essencial de cada coisa e, em um sentido mais amplo, a força inerente que dirige o universo.” (PÁDUA, 2010, p. 87).

Em relação de diferentes conceitos que envolvem ao desenvolvimento ambiental como sustentabilidade, equidade, conservação, participação, sociedade civil, faz-se necessário a reflexão. Com base na análise epistemológica, bem como, a fenomenologia, conforme as vivências do observador, pode haver mudanças de compreensão, uma vez que este tem uma visão restrita da realidade, e com base em seus ideais, haverá análises em relação a planejamento, concepção e representações do espaço (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

3.1.1 O Desenvolvimento Sustentável e as Dimensões por Brundtland

Em 1987 é lançado o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, tendo como porta voz a ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland em que o é reconhecido como o maior esforço conhecido para busca por mudanças em escala mundial, o tema preservação ambiental e esfera e desenvolvimento econômico entram na arena de decisão, busca-se uma agenda global de mudança articulada com o Desenvolvimento Sustentável⁶ constituído em cinco dimensões (NASCIMENTO, 2012).

A primeira dimensão apresenta o viés ambiental, em que justifica-se que o modelo de produção seja um subsistema do meio natural, que respeite os limites de consumo, resguardando assim as capacidades de resiliência do meio ambiente. A segunda dimensão atrela-se à dimensão econômica, adota o conceito de ecoeficiência em seu meio, e tem como arcabouço o aumento de tecnologias com o objetivo de melhora do consumo, busca-se outras fontes e energias, além das fosséis e visa a desmaterialização da economia. O terceiro ponto é a dimensão social, em que destaca a noção de direito social, de que todo cidadão tenha o mínimo de recursos necessários para viver, tem como foco a erradicação da pobreza, e definição de limites de desigualdade aceitável entre os grupos, buscando assim a justiça social; (NASCIMENTO, 2012).

Além de considerar as 3 dimensões descritas, ressalta-se a necessidade de inserir na discussão a temática política, atrelada ao poder, uma vez que estes fornecem direcionamento nas tomadas de decisões na sociedade e ao excluir tais concepções da análise, restringe-se o contexto onde as decisões ocorrem. Há ainda, um quinto elemento de dimensão, a Cultura, uma vez que esta se considerando a mudança de estilos de vida, de padrões de consumo, e tal prática torna-se inviável quando não há mudança de valores e de comportamentos (NASCIMENTO, 2012).

3.1.2 Os períodos do Desenvolvimento sustentável e a busca identitária

Com base em análises semântica e de redes da produção científica, em escala mundial, realizada na pesquisa de Vanhulst e Zaccari (2016) foi possível compreender uma linha do tempo em torno do tema desenvolvimento sustentável, com a divisão em três períodos a saber: Pré-Brundtland (1970-1987), Pós-Brundtland

⁶ Definição clássica do conceito “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”. (...)a noção da intergeracionalidade no conceito de sustentabilidade, associando-a à noção de justiça social e aos valores éticos” (LENZI, 2006 citado por NASCIMENTO, 2012).

(1988-2002) e Contemporâneo (2003-2012). Nessa pesquisa os autores adotam os conceitos de centro e periferia para análise dos conteúdos.

Por muito tempo, os apontamentos dos relatórios “Nosso Futuro Comum” e “Os limites do Crescimento”, contribuições de Brundtland e Meadows & Meadows, seguidamente, foram enfatizados como núcleo de referências, e não se nega suas fortes influências em nível global acerca do tema, inclusive no preâmbulo latino americano, o que é expressivo é justamente, na atualidade, o discurso latino americano ocupar destaque compartilhado com os mesmos (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Aponta-se ainda as variadas origens de estudos, sendo de áreas como economia, física, ciência política, sociologia, bem como, àqueles da área ambiental, ressaltando novamente a coexistência dos autores estrangeiros e latino americanos no parâmetro central (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Percebe-se a construção latino americana em torno do Desenvolvimento Territorial, com variadas fases, com o recebimento e de conteúdo, apropriação e reformulação dos mesmos, juntamente com uma atuação crítica e participativa, com quebra de paradigmas eurocêntricos. As críticas regionais vão além da concepção multicultural e da justiça social, busca-se também o reconhecimento, uma identidade, e a autonomia, que no passado, foi marginalizada por outros contextos eurocêntricos da modernidade, o foco é de maior valia a equidade e justiça social (VANHULST; ZACCAI, 2016).

3.1.2.1 Período Pré-Brundtland (1970-1987)

Ao considerar o primeiro momento, o período Pré-Brundtland, é possível perceber a América Latina num espaço ainda muito periférico na rede, estando ao centro, um pequeno número de principais autores estrangeiros. Os autores latino-americanos estavam vinculados com instituições de pesquisa internacional e regional, relacionados com as Nações Unidas, e outras de atividade econômica com base na convenção realizada no Rio de Janeiro em 1970, e apresentação do modelo “*World Model 3*”, houve um posicionamento latino americano na perspectiva de construir uma resposta a esse modelo, uma vez que era incongruente com a realidade Regional. Entre 1972 e 1975, um grupo de cientistas guiados pela Fundação Bariloche, propõem o “*Latin America Global Model*” ou “*Bariloche Model*”, sendo este finalmente publicado

em 1979. Soma-se também outros estudos da “*Unidad de Desarrollo y Medio Ambiente*” que interagiam com os autores da periferia, bem como, dos relatórios Internacionais (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Com base nesses apontamentos, percebeu-se que os discursos latino americanos, apesar de terem algumas tímidas convergências entre si, ainda estavam em construção, eram extremamente dependentes de literatura externa que estava mais consolidada. Conclui-se ainda que nessa fase, o debate mais participativo estava em estudos da Argentina, Brasil, Chile e México, principalmente de autoria de economistas e cientistas naturais, estando os cientistas sociais ainda fora desse debate. Pode-se destacar nesse período autores como Ignacy Sachs, Almicar Herrera e Osvaldo Sunkel (Regional) e Meadows & Meadows, Commoner e Georgeescu-Roegen (Estrangeiros) (VANHULST; ZACCAI, 2016).

3.1.2.2 Período Pós-Brundtland (1988-2002)

Nessa segunda etapa, a concepção em torno do desenvolvimento sustentável em âmbito latino americano se expandiu de maneira mais ágil, evoluindo enquanto a maior hegemonização entre centro e periferia da rede, estando em parâmetros similares com Estados Unidos e Europa ao considerar a sua produção, bem como, com convergências entre estudos Regionais, o que possibilitou por sua vez a fortificação, e por consequência, um campo mais consolidado. Ao relacionar as interações entre autores, a de maior êxito está na interação recíproca entre Enrique Leff e Arturo Escobar, - também os principais influentes no período vindouro – ambos compartilhavam de um discurso mais focado na área epistemológica, apontavam de maneira mais radical um discurso contra hegemônico (VANHULST; ZACCAI, 2016).

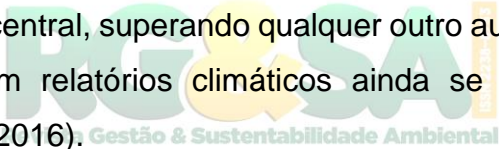
Em seus apontamentos, Leff considera não apenas as ferramentas para uma gestão eficiente do meio ambiente, contrapõem também a crítica dominante no Ocidente, debatendo entre a “*Racionalidade Ambiental*” e a “*Racionalidade Econômica*”, sendo assim instigada uma diretriz pautada em valores, razão e sentido, que se possibilita o acolhimento as diferenças e diversidade, desconstruindo assim um paradigma unitário com base eurocêntrica (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Os três autores principais do período Pré-Brundtland (Sachs, Herrera e Sunkel) se mantem no topo da análise, dessa vez de maneira mais reforçada, bem como, havendo uma participação mais ativa dos Estados de Brasil, Colômbia e

México, com maior aproximação entre política pública e campo acadêmico (VANHULST; ZACCAI, 2016).

3.1.2.3 Período Contemporâneo (2003-2012)

Ao considerar essa nova fase, é notória a confirmação do discurso Latino-Americano em torno do desenvolvimento sustentável, no que diz respeito ao contexto acadêmico, a supremacia do discurso exógeno foi superada, estando a América Latina em âmbito central junto ao resto do mundo. Quando consideradas as convergências entre autores latino americanos, aponta-se uma forte relação entre Ana Patricia Nogueira e Augusto Angel Maya, bem como, Alberto Acosta e Eduardo Gudynas no que diz respeito a ideia de “*Buen Vivir*”. Trata-se de um constructo, que tem por base culturas tradicionais indígenas, com um processo de teorização acadêmica, e desdobramentos para a esfera pública, e também política, com maior ênfase na Bolívia e no Equador (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Evidencia-se nessa fase Henrique Leff como a principal referência nessa rede, estando numa posição central, superando qualquer outro autor estrangeiro, contudo, àqueles vinculados com relatórios climáticos ainda se como influentes centrais (VANHULST; ZACCAI, 2016). 

3.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao considerar essa nova fase, é notória a confirmação do discurso Latino-Americano em torno do desenvolvimento sustentável, no que diz respeito ao contexto acadêmico, a supremacia do discurso exógeno foi superada, estando a América Latina em âmbito central junto ao resto do mundo. Quando consideradas as convergências entre autores latino americanos, aponta-se uma forte relação entre Ana Patricia Nogueira e Augusto Angel Maya, bem como, Alberto Acosta e Eduardo Gudynas no que diz respeito a ideia de “*Buen Vivir*”. Trata-se de um constructo, que tem por base culturas tradicionais indígenas, com um processo de teorização acadêmica, e desdobramentos para a esfera pública, e também política, com maior ênfase na Bolívia e no Equador (VANHULST; ZACCAI, 2016).

Evidencia-se nessa fase Henrique Leff como a principal referência nessa rede, estando numa posição central, superando qualquer outro autor estrangeiro, contudo,

àqueles vinculados com relatórios climáticos ainda se como influentes centrais (VANHULST; ZACCAI, 2016).

3.2.1 Desenvolvimento e Território

Há a necessidade de pensar Ciência ambiental por uma perspectiva interdisciplinar, com diversas considerações de cunho subjetivo daquele espaço/ território e grupo social que ali pertence. Considerando o aspecto temporal contemporâneo, bem como, o ser humano nas diversas áreas de compreensão, ampla e complexa, como biológica, social, e também a cultural e ainda, agregar aspectos há história (PÁDUA, 2010).

Pode-se dizer, que a compreensão de território se articula em dois domínios, o material e o simbólico, por um ponto atrelado ao espaço físico que está situado, em contraponto, com as relações que os cercam, fortemente associado ao poder, a apropriação do espaço. Por vezes há divergências quanto a conceituação de autores, como por exemplo, Lefebvre em 1974 quando explana sobre “espaço”, sendo uma ideia similar à de Haesbaert na atualidade no que diz respeito a território (HAESBAERT, 2004).

Considerando uma escala individual e com base na subjetividade, todo ser constrói seu mundo a partir das suas vivências, através de ferramentas como a linguagem e a cultura, e por meio das interações, o mundo coletivo se constrói por uma trama complexa (PÁDUA, 2010).

Conceitua-se que o território pode ser considerado delimitado, nem sempre tão preciso (e até mutável), bem como, construído e desconstruído através das relações de poder, de fluxos entre os autores envolvidos que territorializam aquele espaço (SAQUET, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo, foi possível buscar aporte teórico por uma gama de áreas de conhecimento, sendo possível compreender os variados significados atribuídos ao conceito de desenvolvimento, bem como, seus desdobramentos conforme ênfase do interlocutor.

Soma-se ainda, que as inquietações iniciais foram sanadas, uma vez que que havia dificuldade em compreender como um terapeuta ocupacional, inserido nas ciências da saúde poderia estar se inserindo em um programa de pós-graduação das ciências ambientais, mesmo que a formação seja interdisciplinar.

No eixo saúde e desenvolvimento territorial sustentável, Gadelha et al. (2011) entrelaça esses conceitos apontando a transversalidade do campo saúde, sendo estrutural para compor estratégias interdisciplinares e intersetoriais na busca de maior bem estar social, principalmente as especificidades do território na premissa de reduzir desigualdades e por consequência, gerar a sustentabilidade.

Houve a possibilidade de ampliar os conhecimentos acerca de marcos importantes das ciências ambientais, e como norteadores internacionais se articulam na região e no território, compreendo o ambiente em suas variadas facetas, por uma sociedade inserida nesse espaço. A representação do desenvolvimento está diretamente associado à subjetividade individual, bem como, dos consensos estabelecidos em apontamentos coletivos, uma construção social.

É notório ainda, que mesmo o termo sustentabilidade estando cunhado nas ciências ambientais, conforme reformulação de pesquisas e conteúdos, o significado do mesmo foi se transformando ao longo do tempo, podendo ser compreendido como um conteúdo interdisciplinar, variando a sua aplicabilidade em múltiplas escalas, desde o nível mais amplo, globalizado e internacional, ao nível mais basal, regional e territorial. “O conceito de desenvolvimento sustentável foi refinado, levando a importantes avanços epistemológicos” (SACHS, 2008. p. 36).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento de área: ciências ambientais.** CAPES. Ministérios da Educação. 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/49_CA_MB_docarea_2016_publ2.pdf>

BRASIL. **Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** SEGOV. 2017. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/snas-documentos/relatoriovoluntario_brasil2017port.pdf>. Acesso em 22 mai 2019.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico e econômica. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 26, n 74, p. 35-50, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a04v26n74.pdf>> Acesso em 22 mai 2019.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 28 jul. 2019.

CORREIA, M. Homonímia e polissémia - contributos para a delimitação dos conceitos. **Palavras**, n. 19, p. 57–75, 2000.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 168–194, 2009.

GADELHA, C. A. G. et al. Saúde e territorialização na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência e saúde coletiva**, v.16, n. 6, p 3003-3016. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n6/38.pdf>> Acesso em: 13 de jun. de 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

HAESBAERT, R. DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE Rogério Haesbaert. **Porto Alegre**, 2004. 

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. **A Agenda 2030**. Disponível em :< <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> >. Acesso em: 13 de jun. de 2019.

ODUM, E. P. **A humanidade em crise**. In Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara. 1988. p.341 -347

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68: 81- 101, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>>. Acesso em 23 Abr. 2019

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12ª Ed. Porto Alegre: AMGH. 2013

PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. Trajetória da Sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluindo sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Guaramond. 2008.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: Concepções de geografia, espaço e território. in: **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42. Disponível

em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>
Acesso em de maio de 2019

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VANHULST, J.; ZACCAI, E. Sustainability in latin America: An analysis of the academic discursive field. **Environmental Development**. v. 20, p. 68–82, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.envdev.2016.10.005>>

VEIGA, J. E. Da. Indicadores De Sustentabilidade. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, p. 39–52, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG; 2010. p. 11-31.

